



Agenda **2025** Institucional



do Sistema
Comércio

Infraestrutura

Desafios, soluções e oportunidades
para um Brasil moderno e sustentável



Federações · Sindicatos Empresariais · Sesc · Senac

Sistema Comércio



Agenda ²⁰²⁵ Institucional

do Sistema Comércio

|| Infraestrutura

Desafios, soluções e oportunidades
para um Brasil moderno e sustentável

 · Federações · Sindicatos Empresariais · Sesc · Senac

Sistema Comércio

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
Infraestrutura: desafios, soluções e oportunidades para um Brasil moderno e sustentável

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-presidentes

1º Abram Abe Szajman

2º Luiz Carlos Bohn

3º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos.

Vice-presidente Administrativo

Antonio Florencio de Queiroz Junior

Vice-presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Armando Vergílio dos Santos Júnior

Hélio Dagnoni

Idalberto Luiz Moro

Itelvino Pisoni

Ivo Dall'Acqua Júnior

José Lino Sepulcri

Kelsor Gonçalves Fernandes

Marcos Antônio Carneiro Lameira

Maurício Aragão Feijó

Maurício Cavalcante Filizola

Nadim Elias Donato Filho

Nilo Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros

1º Ademir dos Santos

2º Ladislao Pedroso Monte

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Andrade

Domingos Tavares de Sousa

Valdemir Alves do Nascimento

Gabinete da Presidência

Elienai Tavares Câmara

Diretoria Geral Executiva

Simone de Souza Guimarães

Diretoria de Relações Institucionais (DRI)

Nara de Deus Vieira

Diretoria Jurídica e Sindical (DJS)

Alain Alpin Mac Gregor

Diretoria de Economia e Inovação (DEIN)

Maurício Ogawa

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025

Redação técnica: CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

C748a

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Agenda Institucional do Sistema Comércio - Infraestrutura:
desafios, soluções e oportunidades para um Brasil moderno e
sustentável / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo - 3. ed. - Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo, 2025.
44 p. : il. color.

1. Infraestrutura logística. 2. Saneamento básico. 3. Meio ambiente.
4. Habitação. I. Título.

CDD 380

Bibliotecária responsável: Danyelle Sant' Anna - CRB-7: 6669

Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Logística	8
Portos, portos secos e aeroportos	10
Transporte aéreo	14
Aviação regional	16
Conexão de modais	18
Malha aérea	20
Ferrovias.....	24
Rodovias.....	26
Energia	30
Saneamento básico	34
Meio ambiente	38
Custos de obras não concluídas	42

Apresentação

O crescimento sustentável de um país depende diretamente da solidez de sua infraestrutura. Estradas, portos, aeroportos, energia, saneamento e conectividade digital de qualidade são componentes indispensáveis para garantir competitividade, atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico.

O Brasil, entretanto, ainda apresenta gargalos históricos que precisam ser enfrentados com planejamento, investimentos estratégicos e marcos regulatórios mais eficientes. Por isso, o Sistema Comércio vem, mais uma vez, oferecer a sua contribuição ao tema por meio da Agenda Institucional do Sistema Comércio, que se consolidou como uma ferramenta essencial para o diálogo entre o setor produtivo e os tomadores de decisão.

Neste documento sobre infraestrutura, trazemos reflexões e propostas sobre os desafios e as oportunidades do setor, destacando a importância da modernização das redes logísticas, da ampliação do acesso à energia limpa e da digitalização dos serviços públicos e privados.

Defendemos uma infraestrutura capaz de impulsionar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios para transformar o Brasil em um país mais eficiente e competitivo. Essa conquista somente virá com uma gestão mais ágil, investimentos sustentáveis e uma regulação que favoreça o desenvolvimento, reduza burocracias e incentive parcerias entre os setores público e privado.

O Sistema Comércio reafirma uma vez mais o seu compromisso de contribuir com ideias e soluções que possam orientar políticas públicas e estratégias de crescimento para o nosso país. Acreditamos que a modernização da infraestrutura nacional é o melhor caminho para fortalecer nossa economia, integrar regiões, promover a inclusão produtiva e melhorar a qualidade de vida da população.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac



José
Roberto
Tadros

Introdução

A infraestrutura de um país define sua capacidade de crescer de maneira sustentável, conectar regiões, impulsionar a economia e garantir serviços essenciais para a população. No Brasil, a expansão e a modernização da infraestrutura são desafios constantes. Exigem investimentos estratégicos e políticas eficazes para superar gargalos logísticos, ampliar o acesso a serviços básicos e fomentar a competitividade no cenário global.

A interligação entre diferentes modais de transporte, o fortalecimento da conectividade digital e a transição para um sistema energético mais eficiente e sustentável são fatores decisivos para um modelo de desenvolvimento equilibrado. O avanço da tecnologia também tem contribuído para a otimização da infraestrutura, com soluções que aumentam a eficiência operacional, reduzem custos e dão mais previsibilidade à gestão de recursos.

Neste documento, analisamos os principais aspectos da infraestrutura brasileira, incluindo desafios regulatórios, oportunidades de investimento e ações governamentais voltadas para melhoria da logística, mobilidade urbana, saneamento e energia.

O papel das parcerias público-privadas, os impactos da digitalização e as tendências para um futuro mais sustentável também são explorados, trazendo uma visão abrangente sobre o que é necessário para impulsionar o crescimento.

Desenvolver a infraestrutura não é somente fazer obras, envolve estratégias bem planejadas que garantam eficiência, acessibilidade e benefícios concretos para a sociedade e para o setor produtivo.

Ao abordarmos aqui os desafios e caminhos possíveis, o Sistema Comércio pretende contribuir para a construção de um Brasil mais conectado, competitivo e preparado para o futuro.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio**



Logística

Cenário geral

A integração de tecnologias avançadas e sustentáveis na infraestrutura nacional é essencial para otimizar a gestão e reduzir impactos ambientais. Soluções como internet das coisas (IoT, sigla para Internet of Things), inteligência artificial (IA) e Big Data podem melhorar a eficiência de redes de transporte e sistemas de energia, ao passo que energias renováveis e construção verde promovem sustentabilidade e resiliência.

O processo de adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) evidencia avanços e áreas que necessitam de melhorias significativas em governança e eficiência de projetos de infraestrutura. Comparações com os indicadores da OCDE mostram que, embora o País esteja próximo da média, faz-se necessário adotar boas práticas internacionais e fortalecer parcerias público-privadas para aumentar a efetividade e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

A modernização dos sistemas logísticos e de transporte, com investimentos em estradas, portos, aeroportos e ferrovias, é essencial para reduzir custos e aumentar a competitividade do setor produtivo. A integração de modais logísticos, por meio de políticas públicas, pode criar uma rede de transporte mais eficiente e dinâmica. Além disso, digitalização, automação e uso de tecnologias sustentáveis no transporte otimizam processos, reduzem desperdícios e minimizam impactos ambientais.

Para atingir esses objetivos, é preciso promover a integração contínua de modos de transporte, expandir plataformas intermodais e definir combinações logísticas ideais nos principais corredores econômicos. Paralelamente, o aperfeiçoamento da regulação, o incentivo à segurança jurídica e a implementação de garantias podem atrair investimentos privados estratégicos e melhorar o ambiente de negócios no setor de infraestrutura. Essas medidas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil.

Portos, portos secos e aeroportos

Cenário Geral

Um dos principais fatores que contribuem para o aumento do Custo Brasil é a obsolescência da infraestrutura de transporte de passageiros e cargas. A estrutura atual encarece o processo produtivo, reduzindo a competitividade do País e inibindo investimentos estrangeiros no setor privado.

A modernização da logística de transporte é essencial e pode ser impulsionada pela ampliação das concessões da infraestrutura, permitindo melhorias nos serviços e maior eficiência nos diversos modais de transporte.

A infraestrutura de aeroportos regionais também desempenha um papel crítico na conectividade nacional. Sem uma rede de qualidade e com custos operacionais viáveis, a exploração de novas linhas se torna inviável, prejudicando a expansão econômica e social.

Oportunidades

- Aperfeiçoar os marcos regulatórios do setor de transportes, simplificando e modernizando as normas.
- Otimizar a matriz de transportes, garantindo segurança e serviços de excelência.
- Automatizar processos e reduzir a burocracia, incentivando a adoção de técnicas inovadoras e desonerando o setor produtivo.
- Fortalecer o diálogo entre os setores público e privado para estabelecer políticas equilibradas e eficientes.

Desafios

- Baixa competitividade da infraestrutura logística.
- Problemas de segurança nos transportes.
- Altos custos operacionais.

Iniciativas do governo federal

- **Programa de fomento e melhoria do ambiente de negócios:** busca otimizar mecanismos de fomento ao investimento em infraestrutura, aperfeiçoando alternativas de financiamento.
- **Programa de concessões aeroportuárias:** transfere à gestão privada a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, melhorando serviços.

- **Programa de arrendamentos portuários:** transfere a gestão da infraestrutura portuária à iniciativa privada para sanar deficiências estruturais.
- **Programa de empreendimentos aeroviários:** financia empreendimentos essenciais para aumentar a produtividade e assegurar a qualidade da infraestrutura.
- **Programa de competitividade do transporte aéreo:** busca reduzir custos operacionais por meio de redução da judicialização, melhoria na oferta de combustíveis e extinção do adicional da Tarifa de Embarque Internacional (TEI).
- **Programa de segurança da aviação civil:** aprimora processos e equipamentos para manter elevados padrões de segurança na aviação brasileira.
- **Programa AmpliAR:** visa a possibilitar a contratação simplificada das atuais concessionárias que operam no País. O objetivo é garantir a administração e manutenção de 102 aeródromos considerados estratégicos para o Brasil, com remuneração por meio do reequilíbrio dos contratos vigentes.

Transporte aéreo

Cenário Geral

O transporte aéreo no Brasil desempenha papel vital na conectividade de um país com dimensões continentais (mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados) e grande diversidade geográfica. Conecta regiões remotas e promove o desenvolvimento econômico e social. É essencial para o turismo, a exportação de produtos de alto valor agregado, a mobilidade profissional e o acesso a serviços essenciais, especialmente em áreas isoladas, como a região amazônica.

A infraestrutura aeroportuária brasileira inclui mais de 2,4 mil aeródromos, mas apenas cerca de 200 são atendidos por voos regulares, concentrados principalmente em grandes cidades. Os principais hubs estão em São Paulo (Guarulhos e Congonhas), Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont), Brasília (Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek) e Belo Horizonte (Confins). Desde 2011, o governo federal tem feito a concessão de aeroportos à iniciativa privada, resultando em investimentos significativos e melhorias na qualidade dos serviços.

O Brasil também é líder global em aviação executiva, refletindo sua dinâmica econômica e empresarial. Apesar disso, a malha aérea é desequilibrada, com maior concentração de voos no Sudeste e no Sul, enquanto Norte e Centro-Oeste permanecem menos atendidos, apesar de sua importância estratégica para a integração nacional e a exportação de *commodities*.

A aviação regional enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade econômica, como alta tributação e baixa demanda em algumas rotas. A integração entre o transporte aéreo e outros modais, como rodovias, ferrovias e portos, é uma necessidade ainda pouco explorada.

O transporte aéreo brasileiro também enfrenta desafios estruturais, como os altos custos operacionais, a concentração de mercado, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de modernização da infraestrutura. O uso de combustíveis sustentáveis, a adoção de aeronaves elétricas para voos curtos e a ampliação de concessões aeroportuárias são algumas das iniciativas que podem moldar o futuro do setor.

Oportunidades

- Uso de combustíveis sustentáveis e aeronaves elétricas.
- Expansão de concessões aeroportuárias.
- Melhor distribuição da malha aérea para atender todas as regiões do País.
- Oportunidades de negócios: desenvolvimento regional, transporte de cargas e logística.

Desafios

- Altos custos operacionais e tributação elevada.
- Concentração de voos no Sudeste e Sul, enquanto Norte e Centro-Oeste têm menos conexões.
- Baixa integração do modal aéreo com outros tipos de transporte.
- Necessidade de modernização e maior sustentabilidade ambiental.

Aviação regional

Cenário Geral

A aviação regional tem como objetivo conectar cidades menores e regiões mais remotas aos grandes centros urbanos e polos econômicos. No Brasil, esse segmento enfrenta desafios como a alta carga tributária sobre combustíveis e serviços, a infraestrutura aeroportuária limitada em municípios menores e a baixa demanda em algumas rotas, dificultando a viabilidade econômica.

Oportunidades

- Fortalecimento econômico e social de áreas remotas.
- Facilitação do turismo regional e acesso a serviços essenciais, como saúde e educação.
- Implementação de subsídios e incentivos fiscais para promover voos em regiões menos atendidas.
- Redução de custos operacionais para companhias aéreas.
- Maior oferta de conexões e voos diretos para os passageiros.

Desafios

- A elevada carga tributária, que dificulta investimentos no setor.
- A falta de infraestrutura, que limita esse tipo de transporte em municípios menores.
- Desafios regulatórios que contam com a dificuldade para aplicar tratados internacionais.
- Concentração de tráfego em poucos aeroportos.
- Falta de investimento em novas infraestruturas.

Conexão de modais

Cenário Geral

A integração entre o transporte aéreo e outros modais, como o rodoviário, o ferroviário e o aquaviário, é fundamental para aprimorar a logística e o transporte de pessoas e cargas no Brasil. Atualmente, o cenário apresenta desafios significativos, com predominância do modal rodoviário e pouca integração efetiva entre os diferentes sistemas de transporte.

Além disso, muitos aeroportos estão localizados longe dos centros urbanos, o que dificulta o acesso devido à ausência de conexões eficientes por meio de transporte público.

Oportunidades

- Desenvolvimento de projetos como a Ferrovia Norte-Sul, que visa a criar uma alternativa viável para o transporte de cargas e melhorar a conectividade intermodal.
- Implementação de melhorias no transporte urbano, facilitando o acesso a aeroportos por meio de sistemas como metrô e ônibus integrados.
- Instalação de *dry ports* (portos secos) nas proximidades de aeroportos pode contribuir para agilizar processos de exportação e importação, otimizando a logística de cargas e impulsionando a competitividade do setor.

Desafios

- A falta de integração aumenta os custos operacionais.
- A infraestrutura não adequada dificulta a integração entre modais e, consequentemente, o dinamismo viário.

Malha aérea

Cenário Geral

A ampliação e a modernização da malha aérea brasileira devem fazer parte do processo de crescimento econômico do País, uma vez que atraem investimentos e fomentam o setor produtivo.

O resultado será o aumento da competitividade do mercado, beneficiando sobremaneira o consumo e a circulação de renda nesse segmento e favorecendo o desenvolvimento econômico e social do País. Para tanto, ressalta-se a necessidade de criação de uma agenda que simplifique o ambiente jurídico do setor aéreo brasileiro, buscando a redução do passivo aéreo nacional, já que o Brasil concentra cerca de 90% das ações judiciais contra empresas aéreas no mundo. Esse é o principal ponto para atração de novas companhias *low-cost* para o mercado brasileiro.

Além disso, é imprescindível que o Brasil abra o seu mercado aéreo para a cabotagem internacional, quebrando a barreira de entrada de empresas estrangeiras que tenham interesse em operar em nosso território.

Oportunidades

- Direcionamento de recursos públicos para fomentar a agenda de concessões aeroportuárias, atraindo investimentos e gestão privada para os aeroportos regionais.
- Liberalização da cabotagem para empresas estrangeiras de qualquer nacionalidade operarem em todo o território nacional.
- Fim da paridade de preços internacionais para o querosene da aviação civil (QAV).
- Direcionamentos legais para indenizações, sanções e penalidades.
- Garantia da livre definição de rotas e preços.
- Isenção das tarifas de navegação aérea.
- Maior conectividade aérea, que tanto beneficiaria o setor aéreo quanto estimularia o comércio, gerando empregos e impulsionando a economia de modo geral.
- Implementação, pelo governo, de um programa de incentivos para o crescimento da aviação regional – importante para a economia local e regional, o que beneficiaria o setor produtivo e a população.
- Diminuição das desigualdades, contribuindo para a inclusão socioeconômica e para a integração de localidades remotas.
- Diminuição da carga tributária sobre o combustível.
- Implantação de um marco regulatório para a aviação comercial, traduzindo-se em medida positiva para o meio empresarial em geral, para alavancar o setor brasileiro.

Desafios

- Concentração do mercado, causada por fatores de baixa competitividade do setor aéreo brasileiro, com proteção das companhias aéreas de concorrência.
- Judicialização elevada.
- Infraestrutura precária e limitada.
- Necessidade de acordos bilaterais para cabotagem.
- Custos operacionais elevados.
- Baixo quantitativo de empresas aéreas regionais que possam pousar nos aeroportos de pequeno e médio portes.
- Falta de interligação de cidades menores às grandes capitais, onde estão localizados os *hubs*.
- Concentração do transporte aéreo em poucas cidades.
- Necessidade de adequações das políticas públicas de fomento à ampliação da malha aérea regional.
- Desfavorecimento da região Norte frente às demais Unidades da Federação, com queda na oferta de voos, impactos adversos nos preços das passagens e, conseqüentemente, retração na demanda por transporte aéreo.
- Desequilíbrio nas relações de consumo do setor aéreo.

Iniciativas do governo federal

- Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Modal Aéreo e Turismo Regional na Amazônia Legal.
- Programa Voa Brasil: visa a criar uma demanda com um público que atualmente não voa, com bilhetes por até R\$ 200 o trecho. A fase inicial do Voa Brasil é destinada para todos os aposentados do INSS que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses. O programa dá direito a dois bilhetes aéreos por ano.

Proposições legislativas

PL 4567/2023

Dispõe sobre a regulação da aviação comercial. O projeto pretende estabelecer um marco regulatório para a aviação comercial no Brasil. A regulamentação do transporte aéreo tem potencial econômico positivo no mercado brasileiro, com impacto no setor de turismo, além de incrementar a geração de empregos no País.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vê o projeto como uma medida positiva para estimular a economia, atrair investimentos e fomentar o turismo, além de reduzir a judicialização no setor.

No entanto, a CNC faz ressalvas sobre alguns pontos do projeto, como a obrigatoriedade de voos para o interior, o que pode aumentar custos e preços; o aumento da complexidade regulatória, que desestimula empresas *low cost*; e a necessidade de sanções mais leves para atrasos e cancelamentos, visando a atrair novas companhias.

A CNC também apoia incentivos fiscais para voos regionais e a ampliação da concessão de aeroportos e investimentos na infraestrutura aeroportuária, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, para promover a expansão da malha aérea e reduzir custos.

PL 4392/2023

Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

O texto destaca a necessidade de ampliar a malha aérea na região Norte, enfrentando suas limitações para promover o turismo, os negócios e o desenvolvimento regional.

Medidas como as propostas no PL, que incluem a autorização para cabotagem aérea, podem melhorar a logística, integrar comunidades isoladas, facilitar o acesso à saúde e apoiar a segurança na Amazônia Legal.

Inspirada em modelos adotados por Chile e México, a proposta busca viabilizar esses objetivos de forma razoável e alinhada ao princípio constitucional de promover o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para o pleno emprego, a justiça social e o fortalecimento da economia regional.



Ferrovias

Cenário Geral

Um dos principais problemas do sistema ferroviário brasileiro é a baixa integração entre as malhas. A ampliação do compartilhamento da malha depende de uma série de medidas, como a operação de ferrovias de curta extensão, conhecidas como *shortlines*. Nos Estados Unidos, que contam com um grande volume de cargas movimentadas e de extensão da malha, existem cerca de 560 pequenos trechos ferroviários desse tipo. No Brasil, a viabilização de trechos ferroviários *shortline* depende da possibilidade de outorgas de autorização ao operador privado.

Oportunidades

Para implementar esses trechos ferroviários, é essencial conceder autorizações ao operador privado, criando um ambiente regulatório seguro. Isso pode aumentar a eficiência do transporte de cargas, reduzir custos logísticos e melhorar a infraestrutura nacional.

Desafios

A necessidade de integrar de maneira mais eficiente as diversas malhas ferroviárias é um dos principais desafios enfrentados pelo sistema ferroviário brasileiro. Entre as várias ações necessárias, é fundamental regular ações de *shortlines*.



Rodovias

Cenário Geral

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2024, estima que, no que se refere ao estado geral das rodovias, predominam no País condições classificadas como Regular (40,4% da extensão) e Bom (25,5%), seguidas de Ruim (20,8%), Ótimo (7,5%) e Péssimo (5,8%).

Os resultados da pesquisa, quando analisados segundo o tipo de gestão, evidenciam que as condições são geralmente mais precárias nas rodovias sob gestão pública, quando comparadas às rodovias concedidas à iniciativa privada. Essa disparidade pode ser explicada pelos maiores volumes de investimento por quilômetro nas rodovias concedidas, além da fiscalização rigorosa dos órgãos reguladores sobre os contratos de concessão.

Nas rodovias sob gestão pública, que correspondem a 74,8% da extensão levantada, predominam os trechos com avaliações Regular (43,7%) e Ruim (25,9%) para o estado geral, seguidas de Bom (20%), Péssimo (7,7%) e Ótimo (2,7%).

Por outro lado, naquelas sob gestão da iniciativa privada, que correspondem a 25,2% da extensão levantada, predominam as avaliações Bom (41,7%) e Regular (30,8%) para o estado geral, seguidas de Ótimo (21,4%), Ruim (5,7%) e Péssimo (0,4%).

Implementar políticas que promovam mais eficiência no uso dos recursos públicos e privados pode resultar em melhorias significativas na infraestrutura rodoviária brasileira.

Para enfrentar esses desafios e melhorar a qualidade das rodovias, é fundamental desenvolver estratégias que incentivem tanto a manutenção quanto a melhoria das infraestruturas existentes.

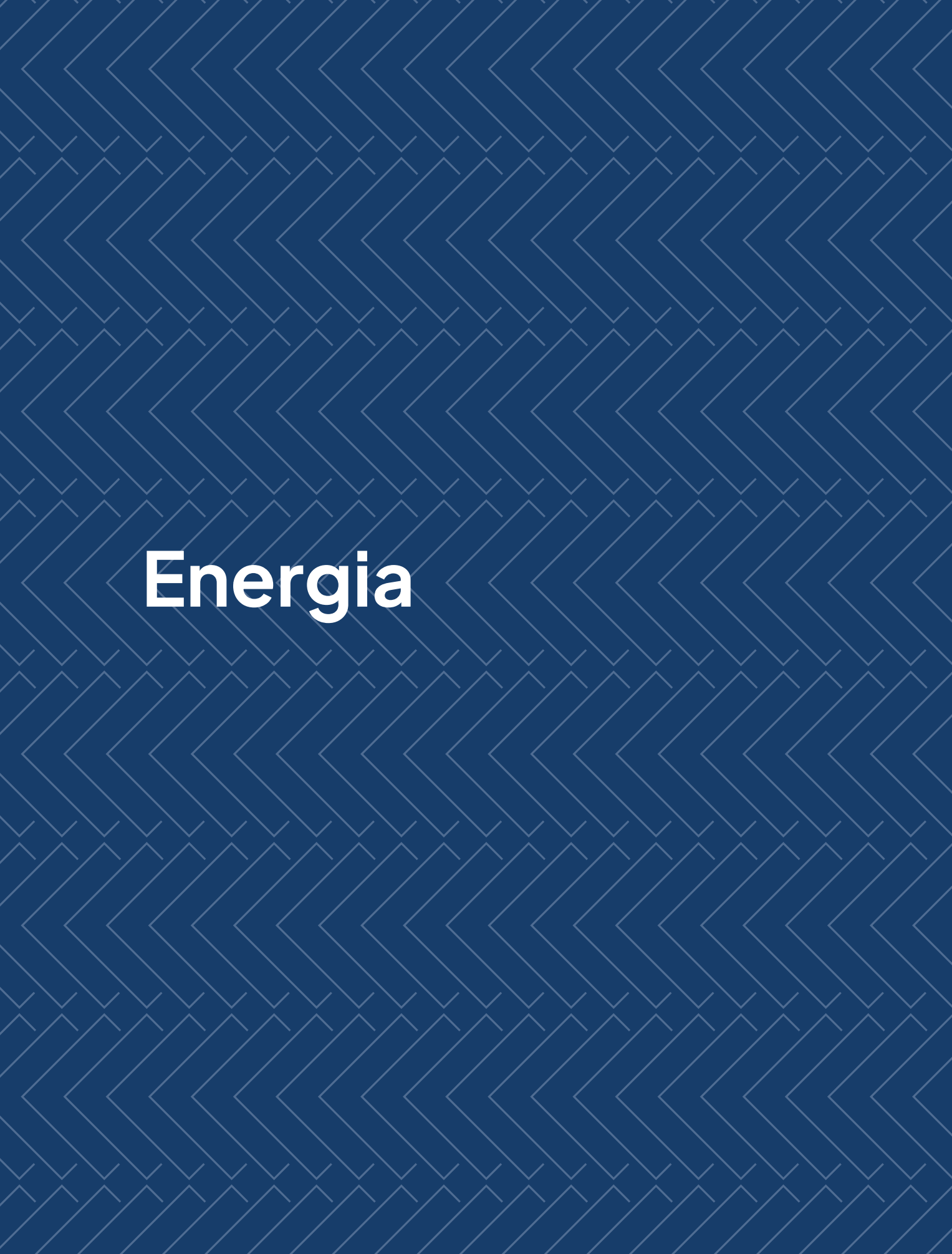
Oportunidades

O Novo PAC prevê R\$ 185,8 bilhões em investimentos para o modal rodoviário, dos quais R\$ 112,8 bilhões virão da iniciativa privada (60,7%) e R\$ 73 bilhões do governo federal (39,3%). Essa realidade demonstra uma recuperação da capacidade de investir com duas frentes, via Estado e/ou por meio de relações de colaboração com a iniciativa privada, contemplando concessões e parcerias.

- Incentivo à economia e ao desenvolvimento regional.
- Garantia de fluidez do comércio, desenvolvimento socioeconômico e acesso a serviços essenciais.
- Eficácia no escoamento de produtos e de produção industrial em regiões específicas.

Desafios

- Obras inacabadas, gerando desperdício de recursos que poderiam ser utilizados de forma mais eficaz em outras iniciativas de desenvolvimento regional.
- Falta de manutenção com restrição de tráfego.
- Estiagem que dificulta a navegação e o transporte de cargas, encarecendo o frete e aumentando o tempo de entrega de produtos e insumos para os estados.
- Desabastecimento e aumento dos preços, por conta da insegurança.



Energia

Cenário Geral

Quase 90% da energia que abastece o Brasil é proveniente de hidrelétricas. Muito embora seja uma fonte de energia renovável e não poluente, essa matriz conta com altas cargas tributárias e sofre impactos diretos da mudança climática.

Inúmeros debates têm ocorrido mundialmente sobre a transição energética. Apesar de eficiente, a matriz brasileira apresenta sinais de desgaste, necessitando de uma reestruturação ou da combinação de uma ou mais fontes de energia.

Esses desafios energéticos afetam diretamente a competitividade das empresas privadas. Em setores intensivos em energia, como a siderurgia, o cimento e a química, custos altos podem significar a diferença entre lucro e prejuízo. Empresas enfrentam a difícil escolha entre repassar os custos elevados aos consumidores, o que pode reduzir a demanda, ou absorver esses custos, o que pode reduzir as margens de lucro.

Para mitigar esses impactos, muitas empresas privadas investem em eficiência energética e fontes alternativas de energia. A adoção de tecnologias mais eficientes, como iluminação LED, motores de alta eficiência e sistemas de gestão de energia, pode reduzir significativamente o consumo. Além disso, a geração de energia própria, por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas, oferece uma solução para reduzir a dependência do suprimento energético externo.

Em suma, o alto custo e a instabilidade do suprimento energético são desafios significativos para o setor privado, impactando a produção, a competitividade e as margens de lucro das empresas. A busca por eficiência energética e fontes alternativas de energia é fundamental para mitigar esses impactos e garantir a sustentabilidade econômica.

Oportunidades

- A privatização é vista como a melhor forma de fomentar o setor elétrico brasileiro. Para o setor evoluir, é necessário garantir igualdade de acesso aos recursos para todas as empresas.
- O setor energético brasileiro está em transformação, buscando um fornecimento mais sustentável e eficiente, com foco na descarbonização. A abertura do Mercado Livre de Energia em 2024 permite maior autonomia ao consumidor final, similar ao que ocorreu nos setores financeiro e de telecomunicações.
- A integração de fontes de energia renovável, como a solar e a eólica, é outro fator importante para a transformação do setor. O Brasil, com seu vasto potencial de recursos naturais, está bem posicionado para se beneficiar dessas fontes, diversificando ainda mais sua matriz energética.
- A colaboração entre o governo e o setor privado será fundamental para superar os desafios e aproveitar as oportunidades emergentes. A criação de políticas públicas favoráveis, juntamente com investimentos em infraestrutura e inovação, pode acelerar a transição energética do Brasil. Esse movimento não apenas contribuirá para a sustentabilidade ambiental, como também impulsionará a economia e a geração de empregos.

- A educação e a conscientização dos consumidores sobre eficiência energética e práticas sustentáveis são essenciais para garantir que toda a sociedade esteja alinhada com os objetivos de descarbonização. Campanhas de conscientização e programas de incentivo podem motivar os consumidores a adotarem práticas mais sustentáveis, reduzindo o consumo.

Desafios

- Desde a primeira edição da Lista de Alto Risco (LAR), em 2022, persistem desafios estruturais no setor energético brasileiro, como a redução da participação das hidrelétricas e o aumento das fontes intermitentes (eólica e solar), complicando a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Para mitigar esses problemas, é necessário um enfoque estratégico que envolva investimentos significativos em infraestrutura, bem como a modernização das redes de distribuição e transmissão de energia. Iniciativas como a expansão de tecnologias de armazenamento de energia, a integração de fontes renováveis com sistemas inteligentes de gestão e a implementação de práticas de eficiência energética são fundamentais.
- O envolvimento de diferentes *stakeholders*, incluindo governo, empresas privadas e a sociedade civil, é essencial para a construção de um sistema energético mais robusto e sustentável. Somente com uma abordagem colaborativa e integrada será possível enfrentar os desafios estruturais e garantir um fornecimento energético seguro e confiável para o futuro.
- A carga tributária é outro grande desafio. Reduzir gradativamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderia diminuir os tributos da conta de luz em até 12% em um ano. Isso também é possível com a combinação com outras fontes de energia – como a solar, cuja carga tributária é significativamente menor.

Proposições legislativas

- **Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/2016 (PL 414/2021):** prevê a ampliação do mercado livre, estabelece novas regras para o segmento energético e implanta diversas melhorias na comercialização da fonte de energia. Ajuda a tornar o futuro da energia solar promissor.
- **PL 671/2022:** altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer que os fornecedores de serviços prestados de forma continuada sejam obrigados a estender a seus clientes preexistentes as mesmas condições ofertadas para a adesão de novos consumidores.
- **PL 3864/2023:** dispõe sobre cobrança de compensação financeira de agentes geradores de energia eólica e solar.
- **PL 7303/2017:** acrescenta novo parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, visando a estabelecer isonomia de tratamento entre consumidores.

Saneamento básico

Cenário Geral

Investir em saneamento básico é, em última análise, investir no bem-estar da população e no futuro sustentável do Brasil. A Lei nº 11.445/2007 estabelece diretrizes para promover a equidade no acesso ao saneamento básico e melhorar a qualidade de vida. Apesar disso, o País enfrenta um grande déficit no setor: em 2020, 15,9% da população brasileira não tinha acesso à água tratada e 45% não tinha atendimento completo de esgoto. Esse cenário afeta negativamente o desenvolvimento humano e a economia.

A responsabilidade pelo saneamento é compartilhada entre União, estados e municípios, com a União definindo diretrizes. A Lei nº 14.026/2020 criou o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb) para coordenar a implementação das políticas federais de saneamento. No entanto, a inoperância do Cisb representa um risco para os objetivos do novo marco regulatório. É essencial fortalecer a governança e garantir a participação ativa de todos os níveis de governo para aplicar eficientemente os recursos e reduzir as desigualdades no acesso ao saneamento básico.

Considerando a importância do saneamento básico para o desenvolvimento econômico, é imperativo que haja maior mobilização para a implementação efetiva das diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico.

Oportunidades

- A maioria dos municípios brasileiros ainda enfrenta barreiras significativas para alcançar a universalização. Investimentos consistentes, políticas públicas robustas e fiscalização são fundamentais para acelerar o progresso e garantir o cumprimento das metas do marco legal.
- É preciso considerar a gestão integrada dos recursos hídricos e o planejamento urbano sustentável. A conscientização da população sobre a importância do saneamento básico e a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil são essenciais para a construção de um futuro mais justo e saudável para todos.
- A integração de novas tecnologias, como sistemas de monitoramento de água e esgoto em tempo real, pode otimizar o uso dos recursos disponíveis e permitir uma resposta mais rápida a problemas, aumentando a eficiência dos serviços prestados. Parcerias público-privadas também podem ser uma solução viável para atrair investimentos e *expertise*, garantindo que os projetos avancem de maneira sustentável.
- A transparência nos gastos públicos e a prestação de contas à sociedade são essenciais para garantir que os investimentos cheguem aos locais onde são mais necessários. E os resultados devem ser monitorados e avaliados continuamente.
- Com uma visão estratégica e compromissada, é possível transformar a realidade do saneamento, promovendo saúde, dignidade e desenvolvimento sustentável para todas as pessoas.

Desafios

- A falta de acesso à água potável e à coleta de esgoto. Atualmente, cerca de 32 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável e 90 milhões não são atendidos pela coleta de esgoto.
- Mais de 5,2 mil piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento são despejadas diariamente na natureza.
- A precariedade do saneamento está diretamente ligada ao aumento de doenças, sobrecarregando o sistema de saúde.

Meio ambiente

Cenário Geral

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou uma pesquisa para entender como fatores ambientais, sociais e econômicos influenciam as decisões de compra dos consumidores brasileiros.

O estudo revelou que 94% adotam um consumo mais racional, pesquisando preços e evitando compras impulsivas. Além disso, 58% consideram selos socioambientais importantes, e a maioria associa o consumo consciente à redução da poluição (61%) e ao uso responsável dos recursos naturais (58%).

O levantamento apontou preferências sustentáveis em diversas categorias de produtos. No setor de alimentos e bebidas, 25% priorizam a produção local, enquanto 21% optam por embalagens recicláveis. Já nos itens de higiene e beleza, 31% consideram a sustentabilidade da embalagem e 26% preferem produtos não testados em animais. No vestuário, 66% reaproveitam ou consertam roupas, e 73% doam as peças usadas. Para eletroeletrônicos, 81% tentam reparar antes do descarte, e 55% utilizam programas de reciclagem. Em produtos de limpeza, embalagens de refil são priorizadas por 47% dos consumidores.

Embora a preocupação com sustentabilidade seja crescente, 56% dos consumidores acreditam que produtos sustentáveis devem ter preços competitivos, e 51% pedem rótulos mais claros.

Esse novo perfil de consumo exige que as empresas se adaptem às demandas de sustentabilidade e responsabilidade social. Ressalta-se a necessidade de transformar essa conscientização em práticas concretas, tornando as opções sustentáveis mais acessíveis e compreensíveis para todos.

Oportunidades

- A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em agosto de 2010, trouxe importantes instrumentos para que municípios de todo o Brasil enfrentem os sérios problemas ambientais, sociais e econômicos. A PNRS tem como pilar o princípio da responsabilidade compartilhada. Isso significa que indústrias, distribuidores, varejistas, prefeituras e consumidores são todos responsáveis pelos resíduos sólidos, e cada qual deve contribuir para que eles tenham disposição final adequada.
- Remuneração dos serviços ambientais: promoção da inovação do setor produtivo e estímulo ao consumo sustentável.
- Estabelecer regulações que incentivem o setor produtivo na utilização de meios mais sustentáveis, juntamente com o fomento da consciência social acerca do tema.

Desafios

Construir uma política de integração entre o setor produtivo e o meio ambiente para adequar o Brasil às novas exigências de competitividade no comércio nacional e internacional.

Iniciativas do governo federal

- A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana do MMA foi definida com o objetivo de melhorar os indicadores da boa qualidade ambiental nas cidades. Com foco na população residente nas grandes metrópoles, a Agenda Nacional orienta para políticas públicas urgentes, mais efetivas, que integrem condutas nos diferentes níveis de tomadas de decisão.
- O MMA também participa da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são parte de um protocolo internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda propõe alcançar o equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do planeta. O compromisso é alcançar 17 objetivos e 169 metas que buscam, entre outras coisas, combater as mudanças climáticas, acabar com a pobreza e a fome.
- O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) é uma ação do MMA que tem o objetivo de fomentar políticas, programas e ações que promovam a produção e o consumo sustentáveis. Abrange seis áreas: educação para o consumo sustentável; varejo e consumo sustentável; aumento da reciclagem; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
- O MMA coordena as conferências do meio ambiente, cuja proposta é ouvir governos (nos âmbitos nacional, estadual e municipal), iniciativa privada, organizações não governamentais e a população brasileira sobre a gestão ambiental.

Custos de obras não concluídas

Cenário Geral

A situação das obras paralisadas no Brasil é alarmante e reflete a ineficiência na gestão dos recursos públicos, além de impactar negativamente o desenvolvimento social e econômico das regiões afetadas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão essencial para a fiscalização e o gerenciamento dos recursos públicos. Recentemente, um diagnóstico produzido pelo TCU revelou uma situação preocupante: cerca de metade das obras contratadas com recursos federais está paralisada. Esse fato gera impactos econômicos significativos e prejudica a população.

O Brasil tem um histórico de interrupções e atrasos em projetos de infraestrutura – desde construções de estradas e pontes até hospitais e escolas. As razões para essas paralisações são multifacetadas, envolvendo questões burocráticas e legais, problemas de financiamento e gestão.

Em 2024, o TCU identificou 11.941 obras paralisadas no País, o que corresponde a 52% das contratações vigentes. Nesse cenário, a cada dois empreendimentos contratados com recursos federais, um se encontra paralisado.

Ao analisarmos as obras interrompidas por setor, a maior parte delas está concentrada nas áreas de educação e saúde, sem perspectiva de conclusão: existem 8.674 empreendimentos nessas condições, representando 72,6% do total. São milhares de unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, estruturas de atenção especializada, escolas, creches, quadras esportivas e outras infraestruturas que não foram concluídas conforme o planejado.

Oportunidades

Para mitigar os impactos das obras paralisadas e evitar novas paralisações, algumas medidas podem ser propostas:

- A gestão de projetos precisa ser aprimorada, com a implementação de técnicas de planejamento e controle mais eficazes. O uso de ferramentas tecnológicas para monitoramento e gestão pode ajudar a identificar problemas antecipadamente e tomar ações corretivas.
- A desburocratização dos processos de licenciamento e aprovação de obras é fundamental para agilizar o início e a continuidade dos projetos. Simplificar os trâmites legais e administrativos reduzirá o tempo necessário para a execução das obras.
- O planejamento orçamentário adequado é fundamental para garantir que os recursos necessários estejam disponíveis ao longo de toda a execução das obras. A previsão de contingências financeiras para lidar com imprevistos também é uma prática recomendável.

Desafios

- **Problemas financeiros:** a insuficiência de recursos é uma das causas mais comuns. A má gestão dos recursos públicos muitas vezes resulta na falta de verbas para a continuidade das obras.
- **Questões jurídicas:** disputas legais entre contratantes e contratados podem levar à suspensão das atividades. Insegurança jurídica contribui para a paralisação prolongada.
- **Burocracia:** a complexidade e a morosidade dos trâmites burocráticos no Brasil muitas vezes atrasam o andamento das obras. Licenças, alvarás e aprovações necessárias podem levar meses ou até anos para serem obtidos.
- **Corrupção:** desvios de verbas e fraudes em licitações são práticas que comprometem a continuidade das obras.
- **As obras inacabadas:** representam um desperdício de recursos públicos, pois o dinheiro investido não gera o retorno esperado. Além disso, a interrupção das obras prejudica o desenvolvimento econômico de regiões inteiras, que dependem dessas infraestruturas para atrair investimentos e gerar empregos.

